

Pistas e Indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliária da escola primária (1884 – 1894)

Gecia Aline Garcia¹

Gizele de Souza²

RESUMO

Na esteira do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), encontramos nas pistas e nos pormenores uma forma de interpretar e investigar a escola primária paranaense do século XIX. Por esta razão, este artigo tem como objetivo entender como ocorreu o processo de aquisição de móveis escolares para a escola primária paranaense. A empiria documental corresponde a artigos de jornais, leis, decretos e regulamentos da legislação escolar, cartas e iconografia, bem como relatórios e ofícios de professores, inspetores e presidentes da província do Paraná que estiveram presentes na troca de correspondência governamental no século XIX. Como resultados, percebemos que existiram diferentes modos de ser da escola primária durante o século XIX, o que culminou em formas distintas de supri-la materialmente.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar. Móveis Escolares. Instrução primária paranaense.

Clues and indications: a research on the process of acquiring furniture in the primary school (1884 - 1894)

ABSTRACT

In the wake of Carlo Ginzburg's (1989) indicative paradigm, we find in the clues and details a way of interpreting and investigating the 19th

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8934-3741>. Email: gecia.garcia@gmail.com.

2 Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutora em Educação pela Università degli Studi di Firenze/Itália. Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPIE). Editora Chefe da Educar em Revista (UFPR). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6487-4300>. E-mail: gizelesouza@ufpr.br.

century primary school of Paraná. For this reason, this article aims to understand how the process of buying school furniture for the primary school of Paraná took place. The documentary empiricism corresponds to newspaper articles, laws, decrees and regulations of school legislation, letters and iconography, as well as reports and letters from teachers, inspectors and presidents of the province of Paraná, who were present in the exchange of government correspondence in the 19th century. As a result, we realize that there were different ways of being of the primary school during the 19th century, which culminated in different ways of supplying it materially.

Keywords: School Material Culture. School furniture. Primary education in Paraná.

Pistas e indicaciones: una investigación sobre el proceso de adquisición de mobiliario en la escuela primaria (1884 - 1894)

RESUMEN

Siguiendo el paradigma indicativo de Carlo Ginzburg (1989), encontramos en las pistas y detalles una forma de interpretar e investigar la escuela primaria del siglo XIX en Paraná. Por esta razón, este artículo tiene como objetivo entender cómo se produjo el proceso de adquisición de mobiliario escolar para la escuela primaria de Paraná. El empirismo documental corresponde a artículos periodísticos, leyes, decretos y reglamentos de legislación escolar, cartas e iconografía, así como informes y cartas de maestros, inspectores y presidentes de la provincia de Paraná, que estuvieron presentes en el intercambio de correspondencia gubernamental en el siglo XIX. Como resultado, notamos que hubo diferentes modos de ser de la escuela primaria durante el siglo XIX, lo que culminó en distintas formas de suplirla materialmente.

Palabras clave: Cultura Material Escolar. Mobiliario escolar. Educación primaria de Paraná.

A pista

No dia 18 de novembro de 1894, quem folheasse as páginas do jornal paranaense "A República", na seção de anúncios, se depararia com

um edital emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Assinado pelo então diretor João Alberto Munhoz, o edital convidava àqueles que tivessem interesse a enviar propostas em cartas fechadas para o fornecimento de mobília à Escola Tiradentes³. Os proponentes deveriam especificar em suas missivas o preço que custaria cada peça e o tempo que levariam para entregá-las. O edital era claro em suas exigências: o mobiliário deveria ser confeccionado conforme o modelo existente na escola Oliveira Bello⁴. Mais adiante, a seguinte relação de peças necessárias à Escola Tiradentes foi listada na licitação: sessenta e quatro carteiras duplas, três mesas envernizadas de 1,50cm, quatro quadros negros, três estrados de dois degraus, cinco cadeiras de braço, duas estantes de um 1,50cm x 2,00m e cento e oitenta e dois cabides sobre tábuas (A REPÚBLICA, 1894, p. 3).

O que um edital publicado nas páginas de um jornal expressa sobre o processo de aquisição mobiliária da escola primária paranaense? Atentando para esta escrita documental é possível identificar, logo de início, algumas *pistas*. Primeira: há uma tentativa de criar uma licitação, com a qual o Estado procura fornecedores externos para atender a uma demanda da escola. Segunda: há um modelo de mobília que circula entre as escolas e é assumida como referência na confecção. Terceira: o proponente vencedor provavelmente teria um feitiço mais industrial⁵ para conseguir concorrer à demanda de número, preço, tempo e as exigências de acabamento no processo de fabricação.

Estas suposições partem de uma primeira leitura sobre o enunciado impresso; no entanto, outras questões atreladas ao cenário da escola primária, de caráter mais velado, nos instigam: por que a Escola Oliveira Bello é mencionada como modelo para a confecção do mobiliário da Escola Tiradentes? A relação de móveis, listada no Edital, era o padrão

3 A Escola Tiradentes foi inaugurada no ano de 1895 e foi a última escola a ser construída em Curitiba, sob a modalidade de Casa Escolar.

4 A Escola Oliveira Bello foi a segunda Casa Escolar construída em Curitiba, sendo inaugurada em 1884.

5 Durante a instalação da escola primária paranaense diferentes formas de provê-la existiram simultaneamente. As escolas isoladas por exemplo, no Paraná, possuíam uma configuração híbrida. Seu arranjo mobiliário compunha bancos e mesas ora confeccionados por marceneiros locais - a pedido dos professores - mobília doméstica da casa do professor, ou mesmo móveis doados pela comunidade local (MASCIO, 2018; SOUZA; GASPAR DA SILVA, 2019; GARCIA, 2020). Sugerimos que o proponente do edital à Escola Tiradentes teria um feitiço mais industrial justamente por esta escola corresponder a uma outra modalidade de escola primária: as casas escolares, que estiveram remetidas a preceitos de ordem médica na sua construção e instalação.

de todas as escolas primárias do Paraná? O atendimento para suprimento mobiliário sempre aconteceu por meio de Editais? E, afinal, quem eram os atores que estavam envolvidos com este processo de confecção e aquisição material?

Estas questões indicam os limites de investigação que o documento, neste caso o Edital da Secretaria da Instrução Pública, revela quando lido isoladamente. Outros vestígios são necessários para que assim possamos identificar a trama que tece o cenário do provimento mobiliário da escola primária paranaense. Por isso, até aqui, trouxemos a fonte que, durante o percurso investigativo, despertou o *interesse detetivesco* (ESCOLANO BENITO, 2010) de solucionar o seguinte problema de pesquisa: **como se deram os processos de aquisição dos móveis escolares para a instrução primária paranaense?**

Desse modo, este estudo foi organizado por meio de enunciados investigativos: em “A Pista” inauguramos a narrativa de inquirição. Em “A Trama Detetivesca” explicamos nossa operação metodológica, a partir do “Paradigma Indiciário” de Carlo Ginzburg (1989). Em “Um Cenário Anterior” a lente das investigadoras vai intercalando as pistas, descobrindo cenários e remetendo aos agentes envolvidos.

Quanto à delimitação temporal, o recorte inicial do estudo começa em 1884, período em que é estabelecido o “Regulamento para a Construção das Casas Escolares”. A promulgação dessa norma exigiu que os prédios construídos, para a finalidade escolar, deveriam estar sob a supervisão médica. Com isso, desde a acomodação do terreno, até a disposição da luz em sala de aula, seria empregado no ambiente escolar um arranjo acondicionado às questões de higiene. As primeiras casas escolares⁶ construídas sob estes preceitos em Curitiba foram: a Escola Carvalho em 1882, a Escola Oliveira Bello em 1884 e a Escola Tiradentes em 1895.

O recorte final está condicionado à *pista indiciária* - o edital público paranaense de 1894 – a partir do qual conseguimos mapear os rastros deixados pelos fabricantes de móveis escolares no circuito comercial. Esta fonte foi decisiva para nos depararmos com as figuras de

⁶ É importante esclarecer que as Casas Escolares não estão definidas conforme as mesmas regras dos Grupos Escolares, estes estabeleciam a reunião de várias escolas primárias de uma determinada região em um único prédio, diferente das casas escolares que possuíam uma única sala de aula. A partir de 1903 estas casas são ampliadas e transformadas em Grupos Escolares (GARCIA, 2020, p. 133).

Júlio Eduardo Gineste e Simon Bloch. O primeiro aparece nas páginas dos jornais como um imigrante francês detentor de inúmeros empreendimentos comerciais na capital curitibana. Já o segundo, aparece como sócio de Gineste no ramo moveleiro, sem deixar mais pistas sobre a sua trajetória. Estes profissionais serão responsáveis pelo fornecimento de mobília escolar à Escola Tiradentes por meio da fábrica “Gineste & Bloch”.

Por meio destes sujeitos e de sua produção mobiliária, tentamos retomar “as regras operatórias que tramam as relações entre as pessoas e coisas” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 7). Por essa razão, tomar os objetos como itinerário de uma pesquisa é assumir uma perspectiva metodológica que parte da análise da cultura material. Jean-Marie Pesez (1978, p. 253), em estudo sobre a cultura material, explica que são “nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais”. Esta atribuição é importante justamente para não se restringir ao fetiche dos objetos (MENESES, 1998), mas, ao invés disso, ler a peça documental em relação à sua condição de uso, consumo e circulação, a fim de entender a sociedade que a produziu.

A empiria documental corresponde a artigos de jornais, leis, decretos e regulamentos da legislação escolar, cartas e iconografia, bem como relatórios e ofícios de professores, inspetores e presidentes que estiveram presentes na troca de correspondência governamental no século XIX.

A seguir, outras pistas e indícios serão anunciados para tecer os fios dessa história. Por ora, nos cabe entender a operação que permite tecê-las.

A trama detetivesca

A habilidade de reunir pequenas pistas para perseguir determinado objeto e poder inferir algumas conclusões já era utilizada nos primórdios da humanidade. É o que explica Carlo Ginzburg (1989, p. 151) em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. Para o autor, possuímos um “patrimônio cognoscitivo” derivado de nossos ancestrais caçadores. Esta operação de reunir pistas, ler pegadas na lama e interpretar galhos quebrados faz parte das inúmeras vezes em que, ao perseguir um animal, o ser humano teve que aprender a reconstruir os sinais, “as formas e movimentos das presas invisíveis”. Dessa maneira, o “caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler,

nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Com isso, Carlo Ginzburg (1989) cita três casos que, no âmbito das ciências humanas, no final do século XIX, corresponderam a um novo modelo epistemológico, conhecido como “paradigma indiciário”. O primeiro trata do italiano Giovanni Morelli, o qual, sobre o codinome de Ivan Lermolieff⁷, escreveu alguns artigos a respeito de como desvendar a autenticidade de quadros antigos.

Para conseguir distinguir as pinturas originais das cópias, Morelli “examinava os pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG, 1989, p. 144). O estudioso italiano dizia que atentar-se às características mais marcantes ou vistosas não era uma operação estratégica, pois estas são mais fáceis de serem imitáveis. Para reconhecer a autenticidade de uma obra é necessário se ater às impressões que escapam da assinatura gestual do artista, que não são influenciadas “pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). Assim, Morelli construía registros de ilustrações de forma a catalogar minuciosamente os traços físicos negligenciados que não eram considerados como características marcantes do desenho do artista.

Carlo Ginzburg (1989) associa o método de Morelli às operações estabelecidas tanto pelo autor de Sherlock Holmes, Arthur Conan Doyle, quanto por Sigmund Freud, no método da psicanálise. As investigações de Holmes são conhecidas pela astúcia do detetive em desvendar crimes a partir de indícios imperceptíveis para a maioria das pessoas, e a metodologia de Freud se distingue pela atenção dada a cada fragmento de pensamento do paciente anotado pelo psicanalista. Assim, estes dois casos apresentam “propostas de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 150). A tripla relação entre Morelli, Holmes e Freud está no método analítico que partilha a mesma formação de base: a medicina. Deste modo, explica Carlo Ginzburg,

Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos, entrevê-se o modelo

7 Giovanni Morelli foi um médico italiano que desenvolveu um método para distinguir a autenticidade de obras de arte. Sob o pseudônimo de Ivan Lermolieff (um estudioso russo), Morelli investigou obras minuciosamente, conferindo atenção aos detalhes.

da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Assim, os sintomas, os indícios e os signos pictóricos revelam um modo de proceder pertencente ao paradigma indiciário. Essa forma de raciocinar se aproxima muito da construção de um diagnóstico: um processo que parte de interrogações ao paciente com relação a seu histórico familiar, somado à análise dos exames feitos e à comparação desses exames com o relato do paciente. A partir de uma vasta rede de informações, o médico acaba chegando a um diagnóstico. Esse processo desponta numa observação correspondente aos períodos pré-históricos, em que o ser humano seguia rastros e vestígios do animal caçado.

Adentrar aos arquivos, inter-relacionar as fontes, excluir dados e levantar hipóteses faz parte do processo investigativo que a ciência histórica emprega para (re)construir o cenário que pretende conhecer. Tanto Marc Bloch (2001) como Carlo Ginzburg (1989) sustentam o *modus operandi* do historiador como um caçador que tenta capturar em seus estudos os rastros deixados pelos homens no tempo. Dessa forma, “por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquina], [...] e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar”. Por isso, “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Sobre essa premissa, Bloch (2001) interpreta que todo documento atrelado à atividade humana deve e pode trazer informações sobre a sociedade que a produziu. Por essa razão, a possibilidade de acessar o “conhecimento de todos os fatos humanos no passado [...] deve ser um conhecimento através de vestígios” (BLOCH, 2001, p. 73). Nenhum historiador conseguirá voltar no tempo senão pelos testemunhos deixados nos arquivos, nas peças documentais, nos documentos versados – intencionalmente ou não – como suporte de informação sobre um dado passado. Por esse motivo, a capacidade de informação nos vestígios encontrados está no “ósculo metodológico do historiador”, que, segundo Ulpiano de Meneses (1998), mobiliza a relação biográfica que o artefato possui.

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura,

duresa etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-lhes a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. (MENESES, 1998, p.91)

Para explicar o paradigma indiciário, Agustín Escolano Benito (2010) também se apoia nas “tramas detectivescas” de Sherlock Holmes. Segundo o autor, a operação utilizada por Arthur Conan Doyle pode ser utilizada em apontamentos metodológicos sobre a investigação da cultura material escolar. Para Escolano Benito, os artefatos geralmente carregam sinais que, inter-relacionadas em seu contexto de produção, circulação e uso, podem conduzir ao desvelamento da cultura em que estão inseridas. Desse modo, “os sinais e traços dos objetos que integram o patrimônio da escola também são signos indiciários da cultura a que pertencem” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53, tradução nossa)⁸.

Como dito anteriormente, o edital que inaugura a narrativa deste artigo contém informações sobre uma das maneiras de prover materialmente a escola; mas, para conhecermos a cultura e a sociedade em que se insere essa peça documental, precisamos tencioná-la com outras narrativas, outras pistas, outros documentos. Para construir “uma série coerente de eventos” (GINZBRUG, 1998, p. 152) se faz necessário investigar um cenário anterior: a instalação material da escola primária paraense.

Um cenário anterior

Quem passasse na Rua Aquidabam⁹, na Curitiba de 1882, avistaria o mais novo prédio construído para abrigar os alunos das primeiras letras: tratava-se da Escola Carvalho, o primeiro edifício escolar pensado desde seu projeto arquitetônico até a disposição da mobília para a finalidade escolar. O presidente da época, o Dr. Carlos Augusto de Carvalho, declara em relatório que a província não “possui um só prédio escolar

8 No original: “Las señales y huellas de los objetos que integran el patrimonio de la escuela son también signos indiciarios de la cultura a que se adscriben” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53).

9 Atual Rua Emiliano Pernetta.

[...] tendo observado a imprestabilidade das casas alugadas em que geralmente funcionam as escolas, e notado quanto são prejudiciaes a saúde”, [decidiu] “desenvolver todo o esforço possível para levantar n’esta capital e em outras localidades algumas casas escolares” (CARVALHO, 1882, p. 90)¹⁰.

Com o terreno doado pelo Comendador Antônio Martins Franco e sob a direção do Capitão Evaristo Cicero de Moraes, a construção foi realizada por meio de donativos¹¹ que somaram 15:064\$243 réis (MUNHOZ, 1995, p. 20). A Escola Carvalho foi inaugurada no dia 3 de dezembro de 1882 e carregou em sua fachada o nome do presidente que a sancionou conforme a Figura 1.

Figura 1 - Fachada da Escola Carvalho



Fonte: Casa da Memória, FO, 4639 [s/d].

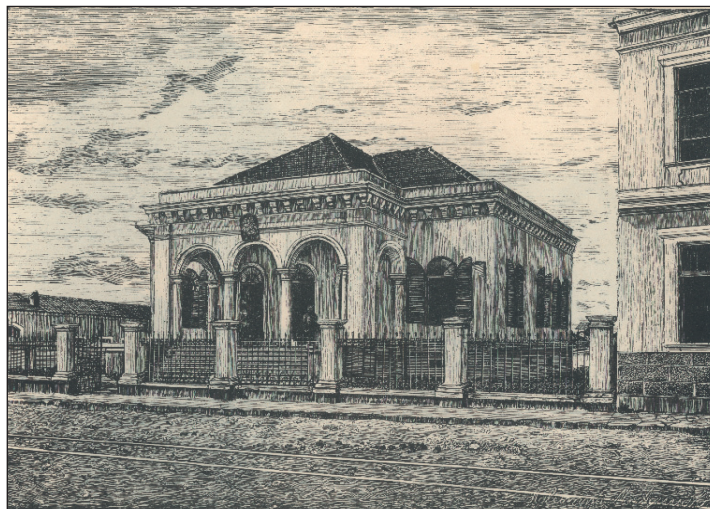
Na mesma Rua Aquidabam, em um terreno oferecido para a instrução pública pela Sra. Escholastica Joaquina de Sá Ribas Franco, viúva do senhor Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, e também com

¹⁰ Optamos neste trabalho transcrever as fontes em suas grafias originais.

¹¹ Além dos recursos dos cofres públicos, a casa escolar foi construída por meio de doações. A relação de contribuintes dos donativos à Escola Carvalho foi a seguinte: Visconde de Guarapuava, Barão de Guaraúna, Albino Schimmelpfeng, José Pinto Rebello, Capitão Manuel Jacinto Dias, Lino de Souza Ferreira, Antônio Ricardo de Souza Dias Negrão, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Dr. Olympio Rodrigues Antunes, Capitão Manuel Oliveira Mendes e Dr. Eduardo Mendes Golsalves. (CARVALHO, 1882, p. 90)

o levantamento de donativos, deu-se início à segunda casa escolar da capital paranaense: a Escola Oliveira Bello. Mas foi somente em 1884, no governo de Brasília Augusto Machado de Oliveira, que esta escola foi inaugurada (Figura 2).

Figura 2 - Fachada da Escola Oliveira Bello



Fonte: Casa da Memória, FO. 00202, DOCR, [s/d].

A instalação material da escola primária no Paraná não surgiu já com prédios específicos para seu funcionamento. No processo de institucionalização da escola pública, o ambiente de ensino esteve alojado ora em prédios alugados, ora na própria residência dos professores. O mesmo perfil híbrido desdobrava-se sobre a mobília escolar, pois, segundo Elaine Cátia Falcade Maschio, em estudo sobre as escolas italianas no Paraná, estas condições revelam que muitos dos lugares, nos quais essas instituições foram instaladas

[...] não eram adequados para a prática escolar. Essa razão justificava as inúmeras e constantes reclamações dos professores, dos pais e principalmente dos inspetores escolares, sobre a precariedade dos espaços onde funcionavam essas escolas. Muitas vezes, as famílias com mais posses cediam um local para o funcionamento das aulas: casa de comércio, galpões, paiol, cômodos de casas ou, ainda, a própria comunidade providenciava a construção de um local para abrigar uma escola. (MASCHIO, 2018, p. 80)

Por esta razão, a casa escolar evidencia uma tentativa de construir um ambiente mais adequado ao espaço de ensino e que esteja de acordo com as condições de higiene. A pauta da saúde sobre o ambiente escolar, trazida pelo presidente Carlos Augusto de Carvalho, demonstra a preocupação em se construir espaços bem arejados e com boa luminosidade. Todavia, essa intenção só será registrada enquanto lei no ano de 1884, com o “Regulamento para a Construção de Casas escolares”. Com isso, o processo de construção e acondicionamento dos edifícios escolares levaram em consideração as condições do terreno em que o prédio seria levantado, a entrada da luz solar no ambiente de ensino e a disposição dos móveis na classe. Um repertório de exigências que remetia à higiene escolar. Nesse sentido, estavam guardadas nas construções das casas escolares os seguintes preceitos:

Art. 4.º – Guardar-se-ão nas construções de casas escolares os seguintes preceitos:

§ 1.º Quanto à colocação deve ser preferido:

1) o centro da circunscrição escolar, e neste:

2) o local mais acondicionado as exigências de higiene, e neste:

3) o terreno com capacidade de isolamento para o edifício e ajardinamento circular.

§ 2.º Quanto à distribuição do edifício, poderá conter:

1) um vestíbulo;

2) duas saletas anteriores, uma servindo de locutório para o professor, e outra de vestuário, para os alunos;

3) a classe;

4) o ginásio, ou avarandado coberto;

5) uma privada ou duas, nas escolas promíscuas;

6) o pátio ou fundo;

7) o jardim em roda.

(PARANÁ, 1884, p. 401, grifo nosso).

A preocupação sobre a construção de um ambiente mais salubre e os efeitos em relação ao desempenho dos alunos, nesse espaço, foi uma das pautas presentes na agenda médica do século XIX. Pensar sobre o progresso e a construção de uma sociedade considerada civilizada fez com que os administradores da província criassem medidas preventivas à coletividade. Assim,

[...] o saber médico, defendendo uma “missão higienista” e falando em nome do progresso e da civilidade, passou a organizar propostas de conformação da sociedade. A Ciência Médica apresentou-se, nesse processo, como um caminho no almejado “projeto civilizatório”, tendo como meta proporcionar à nação a construção de uma civilização sadia. (MARIANO, 2012, p. 249).

Podemos observar estes preceitos na própria dinâmica de projeção da sala de aula, a qual revela medidas específicas postas sobre o mobiliário escolar e sobre a sua maneira de organização:

§ 3º. Para a classe exige-se:

1) capacidade superficial correspondente pelo menos a 1m.9,20 ms.8 por aluno, se o móvel for de um lugar, ou a 1m.9 se o móvel for de dois lugares;

2) capacidade cúbica nunca inferior à 5,5 ms.

3) forma retangular, guardando o comprimento e largura entre si a proporção de $1^{1/2}$:1 mais ou menos;

4) luz direta unilateral pela esquerda, ou bilateral, sendo mais entrusa pela esquerda; (PARANÁ, art. 4º, 1884, p.401, grifos nossos).

Segundo Cynthia Greive Veiga (2016), em “Educação Estética para o povo”, o contexto de produção desses edifícios escolares no Brasil esteve atrelado às regras de civilidade que compuseram o cenário urbano. Nesse sentido, “as palavras que se vinculam à cidade exprimem educação, cultura, bons costumes, civilidade, elegância. Cidade e urbanidade vêm do latim, *civitas e urbs*; polidez, da *polis* grega” (VEIGA, 2016, p. 398). Para que novas atitudes fossem impressas na formação do cidadão, era necessário educar seu olhar, sua postura, “seus gostos”; por essa razão, os administradores provinciais tentaram agir no meio físico a fim de educar esteticamente a população. E, assim,

as reformas urbanas buscaram conciliar as ideias sanitaristas com a ideia de uma nova estética, buscando-se não somente a higienização como também o aformoseamento das cidades. Praças, ruas, edifícios públicos, bairros, moradias residenciais deveriam possibilitar um novo contexto de civilidade, de maneira a enterrar o passado das doenças, moléstias, de ruas mal demarcadas, de focos de perniciosidade moral. Dentre as inúmeras interferências nas cidades

em fins do século XIX e início do XX, estiveram, sem dúvida, as edificações dos prédios escolares (VEIGA, 2016, p. 409).

É interessante notar que na retórica construída sobre as casas escolares paranaenses, além de estarem presentes as preocupações com as condições de higiene, também se encontravam questões vinculadas à formação do *bom gosto*. Uma das finalidades atribuídas à edificação desses prédios era despertar nas crianças o gosto pelo belo, pelo cortês, por aquilo que representasse a boa conduta. Neste sentido, destinada ao ensino de meninas, a criação da escola Oliveira Bello viria para

[...] educar as crianças em um meio em que, intervindo **o sentimento do bello**, possam contrahir hábitos de ordem, limpeza, atenção e economia e ao mesmo tempo aumentar a frequência das escolas e assentar a instrução popular em base larga e sólida (CARVALHO, 1882, p. 90, grifo nosso).

E, talvez aqui, comecemos a enxergar a tapeçaria de fios que entrelaça a Escola Oliveira Bello à Escola Tiradentes. Justamente por sua monumentalidade possuir padrões estéticos e higiênicos é que a Escola Oliveira Bello foi indicada à Escola Tiradentes como modelo dos preceitos de civilidade e modernidade almejados pelos dirigentes do Paraná. Com isso, a última escola criada no século XIX, dentro das chamadas “Casas Escolares”, foi a Escola Tiradentes.

A construção do edifício da Escola Tiradentes se deu via contrato com a “Sociedade Propagadora da Erva Matte” e foi estabelecida pela Lei n. 10 de 16 de maio de 1892. O Secretário dos Negócios do Interior da época, Caetano Alberto Munhoz, relata que o prédio se localizava na Rua do Serrito¹², esquina da Graciosa. Conforme a Ata de Instalação, lavrada no livro de termos de visita da primeira cadeira para o sexo feminino da capital, a escola foi inaugurada somente em 8 de fevereiro de 1895. Neste momento estavam presentes o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. João Pereira Lagos, e as alunas que iriam frequentar a escola. Segundo a ata, a escola iria funcionar sob as condições do Regulamento em vigor – Regulamento de 1892 – e com a direção da professora Julia Augusta de Souza Wanderley (LAGOS; WANDERLEY, 1895, Ap. 1010, p. 49). O prédio da Escola Tiradentes pode ser visualizado na Figura 3:

12 Atual Rua Presidente Carlos Cavalcanti.

Figura 3 - Fachada da Escola Tiradentes



Fonte: MUNHOZ, 1895, p. 20.

Quando escreveu seu relatório de Inspeção em 1892, o Superintendente Geral do Ensino, Victor Ferreira do Amaral e Silva, atribuiu à instalação material da escola primária como uma etapa necessária para imprimir nas crianças o tom festivo e *atrahente* da modernidade, favorecendo, assim, uma formação robusta:

Com mestres idôneos e conscientes; com uma fiscalização indispensável à verdade e ao desenvolvimento da instrução; **com móveis escolares em salas bem orientadas em relação ao ar, calor e luz;** com o emprego desses maravilhosos métodos pedagógicos modernos, **teremos a escola com um tom festivo e atrahente, favorecendo na infância a expansão física, o desabrochar de sua inteligência e os delineamentos de seu caráter** (AMARAL E SILVA, 1894, p. 5, grifos nossos).

Anterior ao relatório de Victor Ferreira do Amaral, podemos citar o Regulamento do Ensino Popular de 1892, em seu Art. 89, que determina que o governo “providenciará para que sejam fornecidas às escolas públicas os móveis e utensílios indispensáveis, de acordo com os moldes mais apropriados ao ensino” (PARANÁ, 1892, não paginado). Segundo Cynthia Greive Veiga (2016, p. 411), os quadros, os jardins, os móveis e

toda disposição interna das escolas se tornaram ornamentos fundamentais para se educar esteticamente.

Uma única ressalva foi publicada no jornal “A República” a respeito da instalação da casa escolar: “Nas nossas boas e lindas casas escolares, notam-se um defeito que deve ser evitado, nas que se forem edificando d’ora avante. Referimo-nos à falta de comodidade para a residência do professor” (A REPÚBLICA, 1892, p. 1). De forma a legitimar esta premissa, a redação do jornal cita que em outros países, como Estados Unidos, Alemanha e Suíça, os professores residem com as famílias nos edifícios escolares. Isso ainda colaboraria para a boa ordem, a moralidade e a disciplina da aula. Estes indícios demonstram que a iniciativa no Paraná de desvincular a residência do professor do ambiente de ensino instala a desvinculação do espaço privado do ambiente público.

Com isso, a criação de estabelecimentos próprios para o ensino promoveu outras exigências para o fabrico da mobília escolar. Tal constatação nos desperta e nos aguça o sentido de investigação para encontrar quem venceu a concorrência e atendeu o edital de confecção mobiliária da Escola Tiradentes, anunciado no jornal “A República”, ponto inaugural da discussão deste estudo.

De novo ao edital

Quatro meses depois do Edital publicado em 18 de novembro de 1894, o jornal “A República” lançou um requerimento dos Srs. Gineste & Bloch “pedindo pagamento da quantia de 6:865\$ réis na importância de mobília que forneceram a Escola Tiradentes” (A REPÚBLICA, 1895a, p. 2). É interessante notar que no relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública – o senhor Caetano Alberto Munhoz – de 1895 consta que a Casa Escolar Tiradentes foi inaugurada no dia 8 de fevereiro de 1895 e já com a respectiva mobília. Isso nos faz inferir que os serviços prestados por Gineste & Bloch foram realizados num prazo de dois meses, visto que o Edital corresponde ao mês de novembro de 1894, a escola foi inaugurada em fevereiro de 1895 e o pagamento aos fornecedores foi realizado em março de 1895. Para se confeccionar sessenta e quatro carteiras duplas, cento e oitenta e dois cabides sobre tábuas, quatro quadros-negros, dentre outros objetos listados no edital, supomos que estes senhores possuíam um fabrico industrial e não manual para conseguir dar conta dessa demanda em um curto espaço de tempo.

Perseguindo os rastros deixados por estes sujeitos nos anúncios jornalísticos, descobrimos que a fábrica de Júlio Eduardo Gineste e Simon Bloch¹³ já circulava antes mesmo da publicação do referido edital. Quem lesse a primeira página do jornal “A República” no dia três de junho de 1894 se defrontaria com uma seção dedicada ao protagonismo da indústria paranaense. O personagem principal citado na primeira linha da redação é o senhor Júlio Eduardo Gineste, um “bom estrangeiro” que reside no Paraná “há muitos annos” e que “fazem da nossa terra a sua nova pátria e por ella tomam grande amor e interesse” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1). Sobre os investimentos industriais que Gineste depositou na terra paranaense, o jornal continua:

Não há quem não conheça aquele Julio das **antigas diligências**, depois **dono de uma magnifico hotel e muitos outros empreendimentos de progresso** e hoje finalmente **transformado em grande industrialista**, sempre operoso e sempre amável. E’ um francez de raça, ligando seu gênio activo a sua educação sempre adorável. **Dispondo de regular fortuna** adquirida à custa do seu trabalho honesto e honrado, **este sympatico europeu, amigo sincero dos paranaenses, empreendeu uma nova feição a nossa indústria mecânica**, dotando nossa terra de um estabelecimento de primeira ordem, cujos ramos de trabalhos vamos aqui resumidamente detalhar (A REPÚBLICA, 1894, p. 1, grifos nossos).

Antes de anunciar as oficinas de marcenaria de Julio Eduardo Gineste, inauguradas em Curitiba em 1894, o jornal apresentou uma espécie de currículo que legitimava o perfil empreendedor deste sujeito. Além disso, ressaltava o capital que o empreendedor possuía e acumulava para conseguir se manter na concorrência de seus investimentos. Segundo o jornal, a recente iniciativa de Julio Eduardo Gineste foi empreender “uma nova feição a nossa indústria mechanica, dotando nossa terra de um estabelecimento de primera ordem”. Com roldanas que se “multiplicam por todos os lados, em rotações continuas, produzindo a

13 A sociedade entre Gineste e Bloch durou até 1895. Após esta data, o Sr. Bloch publicou um abaixo-assinado protestando contra um anúncio feito por Julio Gineste no jornal “A República”. Simon Bloch declarou que nunca foi empregado de Gineste, tal como colocado por este, mas que, ao contrário, atuou como sócio da firma registrada “Gineste & Bloch”, trabalhando também na montagem da fábrica como mecânico (A REPÚBLICA, 1895a, p. 2). No que se refere à trajetória pessoal de Simon Bloch, não encontramos mais nenhuma informação.

transmissão do trabalho nas machinas, junto de seu sócio” – o mecânico o Sr. Bloch – Gineste “fez de seu estabelecimento um conjuncto de oficinas capazes de satisfazer à todas as condições das artes manuais e manufactureiras” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1).

A importância desse empreendimento como um rendimento novo ao estado do Paraná é evidenciado quando o jornal cita que os mecanismos utilizados cumprem um perfil moderno, uma vez que “o Sr. Gineste mandou vir da França, da Allemanha e dos Estados Unidos do Norte da América, machinas de grande força e delicadíssimas, com movimentos de rotação e translação” e ainda acrescenta que as engrenagens são “doces, preparadas para todos os trabalhos da alta marcenaria, desde o serramento do toro bruto até o polimento do mais delicado móvel, com os seus entalhamentos profundamente artísticos e os seus recortes os mais rendilhados” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1).

Esta qualificação remetida ao processo de confecção dos móveis, como a operação de polir delicadamente e com acabamentos artísticos, nos faz intuir que a marcenaria pertencente a Júlio Eduardo Gineste construiu um *status* na praça comercial como um estabelecimento de primeira ordem no ramo moveleiro. Como vimos anteriormente, a Escola Tiradentes foi edificada dentro do conjunto de casas escolares que tinha como objetivo não só manter um ambiente adequado às condições higiênicas, mas também proporcionar o gosto pelo belo e, assim, educar esteticamente. Desse modo, a mobília confeccionada por esses sujeitos estaria dentro da gramática visual que o novo prédio escolar exigia.

A pergunta que fizemos anteriormente, sobre como esses marceneiros conseguiram dar conta de uma grande demanda de móveis em um espaço de dois meses, é respondida nas linhas seguintes do anúncio jornalístico. A fábrica possuía uma oficina de fundição aparelhada com as seguintes máquinas industriais:

Martellos de grande força, usinas, fornos baixos para o preparo de metaes, ventiladores, aparelhos de polimentos de tornos; em summa, nessas oficinas pode ser confeccionado o trabalho que comportar uma matéria prima com as suas fórmulas as mais exigentes. [...] Observamos também uma machina dupla de rachar lenha, de grande força e fácil manejo; bem como uma prensa hydraulica de passos quase insensíveis; como ainda o forno para secar madeira. [...] Dois motores de 30 callos põem em movimento todas as

machinas daquele grande estabelecimento. Percorremos as diversas oficinas, e a gentileza dos srs. Gineste e Bloch permittiram-nos ver trabalhar todas as machinas, produzindo todas ellas obras delicadissimas e consistentes, machinas essas dirigidas por operários que não necessitam de conhecimentos profissionais para que dos aparelhos, movidos a vapor, saia a obra a mais acabada; bastalhes apenas um pouco de inteligência e cuidado. (A REPÚBLICA, 1894, p. 1)

Segundo pistas de identificação iconográfica, a fábrica de Julio Eduardo Gineste foi construída com a intenção de fazer funcionar oficinas de marcenaria, metalurgia e serraria. É importante sinalizar que o estabelecimento de Gineste foi instalado na Rua São José, hoje atual Avenida Marechal Floriano, informação importante que nos permitiu constatar, por meio da foto e do endereço, que o prédio¹⁴ construído a mando de Julio Eduardo Gineste corresponde atualmente a Casa Rosada de Curitiba, conforme as Figura 4 e 5:

Figura 4 – Casa construída a mando de Julio Eduardo Gineste para abrigar oficinas de marcenaria, metalurgia e serraria.



Fonte: Casa da Memória, Nr. do Cadastro: FO, 4804; SN, 4798, s/d.

14 O prédio que serviu de oficina e teve como proprietário Julio Eduardo Gineste, "foi adquirido pelo Estado do Paraná em onze de setembro de 1902, mediante arrematação pública" (PINTO, 2016, p. 1). É interessante que esta data remete ao mesmo ano de falecimento de Gineste, 21 de julho de 1902, período que nos permite relacionar a transição do estabelecimento para os domínios do Estado do Paraná. (A REPÚBLICA, 1902, p. 1).

Figura 5 – Atual casa rosada de Curitiba, local que também sediou o Memorial do Ministério Público do Paraná



Fonte: Pinto (2016).

Deste modo, com um repertório de máquinas correspondente à alta marcenaria e com um grupo de operários para manejá-las, foi possível atender ao edital da Escola Tiradentes em um determinado espaço de tempo. Descobrimos, assim, que um dos modos de suprir materialmente a escola primária paranaense aconteceu pela mediação de editais públicos, contratando a mão de obra industrial. No entanto, uma ressalva se faz: essas pistas, como já anunciadas na construção deste enredo, nos levaram a conhecer um dos modos de prover a escola primária materialmente. Outras maneiras de ser e abastecer a escola primária existiram, simultaneamente e, serão comentadas nos *arremates finais*.

Arremates finais

A atuação de Julio Eduardo Gineste na confecção do mobiliário escolar para a casa escolar Tiradentes evidencia um dos modos de prover a escola primária paranaense. Junto da casa escolar existiram outras escolas primárias com aspectos diferentes e que atenderam grande parte do rol de alunos distribuídos pelo território paranaense. O livro organizado por Rosa Fátima de Souza, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Antônio de Pádua Carvalho Lopes (2015), intitulado “História da Escola Primária no Brasil – investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional” nos permite conhecer a diversidade das modalidades e dos modelos escolares que existiram no território brasileiro no século XIX e meados do século XX. Os autores que participaram desta pesquisa se

dedicaram a conhecer os “diferentes modos de ser da escola primária, o que incluiu, geralmente, a escola isolada, a escola reunida, o grupo escolar e a escola-modelo” (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 33).

Para diferenciar os padrões de organização administrativo, pedagógico e espacial que existiram no Brasil, os autores utilizaram os termos *modelo* e *modalidades* de escolas primárias; escolha que revela uma opção conceitual para se entender a composição diversificada destas escolas. Desse modo, os modelos referentes à organização pedagógica que circularam no Brasil correspondem à escola unitária – “regida por um único professor ministrando o ensino primário para crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma aula” – e à escola graduada, que ficou conhecida “pela divisão dos alunos em classes supostamente homogêneas, isto é, com o mesmo nível de adiantamento”. O funcionamento da escola graduada aconteceu em um prédio com várias salas de aulas e vários professores, sendo cada um responsável por uma turma na relação classe/série (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p.33).

Por essa razão, antes das Casas Escolares e mesmo durante a sua presença, existiu outra modalidade de escola primária no Paraná - bem como em outros contextos brasileiros - que ficou conhecida como Escola Isolada. Pela disposição dos alunos no extenso território paranaense, o governo teve dificuldades de “levar a cabo um tipo de escola primária” (SOUZA, 2004, p. 139) – seja as casas escolares ou o grupo escolar –, pois teve em sua grande maioria a escola isolada como mantenedora da educação pública primária, mesmo existindo concomitantemente ao modelo já aqui referido.

Nesse sentido, a escola isolada e as casas escolares foram abastecidas de formas diferentes na sua materialidade. Sobre esses variados modos de prover a escola primária, Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019) explicam que, dentro da constituição da escola primária, o governo brasileiro utilizou inúmeras *estratégias* para dar conta do suprimento mobiliário. Olhando para o cenário de Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina, as autoras identificam uma variedade de personagens que atuaram na “composição dos ‘arranjos’ (aqui não na acepção do improvisado, mas das combinações feitas) que cada província e estado brasileiro foi pleiteando organizar” (SOUZA; SILVA, 2019, p. 40). Seja para suprir os Grupos Escolares, as Escolas Isoladas ou outras modalidades da escola pública primária, as autoras defendem que as escolas foram supridas, simultaneamente, por modos de provimento variados. Assim,

as autoras defendem a premissa de que a escola pública primária foi abastecida materialmente por meio de **negócios combinados**, que são

[...] propostas paralelas de fornecimento às escolas, como no de acionar agentes, sujeitos e instituições distintas nesta trama político-comercial-pedagógica. Nesta esteira, vimos que o fornecimento de mobília escolar, por exemplo, pode ser efetivado em negócios combinados envolvendo carpinteiros, professores, penitenciárias, comerciantes e fábricas. (SOUZA, SILVA, 2019, p. 46)

Nesta direção, nos ficou claro que a atuação de Gineste para a confecção mobiliária da escola primária esteve relacionada às exigências de uma nova gramática visual que se pretendia construir na cidade curitibana. A fábrica de Gineste & Bloch foi contemplada na concorrência do edital público pelo seu perfil industrial e pelo atendimento em um curto espaço de tempo. Claudino dos Santos (1894, p. 28), Superintendente da Instrução Pública paranaense declarou que a firma de Julio Gineste foi escolhida “pela segunda vez” por atender a ordem de “número e qualidade” na confecção dos móveis escolares. Dessa maneira, situamos o desempenho de Gineste na categoria de fornecedores fabris que obtinham tanto a mão de obra qualificada quanto a tecnologia necessária para atender os preceitos modernos e higiênicos conferidos à composição da casa escolar.

Entendemos que o esforço de estabelecer nexos entre fios e tramas sobre o processo de confecção de móveis para algumas escolas da capital do Estado nas últimas décadas do século XIX, contribui para o desvelamento dos modos e mecanismos de encomenda, fabricação e negociação do provimento material escolar para as escolas primárias, assim como, dos sujeitos e instituições envolvidas.

Referências

A REPÚBLICA, Abaixo-assinado de Simon Bloch contra Gineste, 1 nov.1895a., p.2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Editaes, Curitiba, n 156, p. 3, 18 nov.1894. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Escola Tiradentes, Curitiba, n. 666. p. 1, 27 abr 1892. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Pela Indústria, Curitiba, n. 22. p. 1, 3 jun. 1894. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Secretaria do Interior, Curitiba, n. 60, p. 2, 13 mar. 1895b. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

AMARAL E SILVA, V. F. Relatório apresentado ao Ilustre cidadão Caetano Alberto Munhoz. – 29 de setembro de 1894. **Typ. e Lith, a vapor da Companhia de Impressora Paranaense**: Curitiba, 1894.

ARAÚJO, J. C. S.; VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da História da escola primária no Brasil: Notas de um balanço. *In*: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **História da escola primária no Brasil**: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015, p. 27-45.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, C. A. Relatório apresentado a assembleia legislativa do Paraná. Curitiba, **Typ. – Perseverança de J. F. Pinheiro**, Praça do General Osório: 1882

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução e revisão técnica de Heloísa Helena Pimenta Rocha, Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. **Educatio siglo XXI**, v. 28 n. 2, p. 43-64, 2010.

FO, 4639, [s/d]. Casa da Memória , **Fachada da Escola Carvalho**.

FO, 4804; SN, 4798, [s/d]. **Casa construída por Julio Eduardo Gineste na av. Marechal Floriano**. Reproduzido por: Marcos Campos. Coleção/Fundo: Coleção Família Gineste. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

FO. 00202, DOCR, [s/d]. Casa da Memória , **Fachada da Escola Oliveira Bello**.

GARCIA, G. A. **Itinerário Moveleiro**: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do

século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAGOS, J. P.; WANDERLEY, J. A. S. **Instalação da escola Tiradentes**, Arquivo Pública Paranaense, AP 1010, 1895, p. 49.

MARIANO, N. R. C. A construção de um modelo higiênico de educação escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1849-1884). **Séculum - Revista de História** [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012, p. 247 – 258.

MASCHIO, E.C.F. A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação. *In*: LUCHESE, Ângela Terciane (org.). **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018, p. 75 - 97.

MENESES, U. T. B. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 89-104.

MUNHOZ, C. A. Relatório apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva. – 31 de agosto de 1895 - **Typ. e Lith, Imprensa Paranaense**: Curitiba, 1895.

PARANÁ. Regulamento para construção de Casas Escolares –Ato nº 287 – de 14 de outubro de 1884, p. 401. *In*: **Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR)**. Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. *In*: Le GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs). **A História Nova**. Tradução: Maria Helena Arinto Rosa Esteves. © Retz – C. E. P. L. Paris, 1978.

PINTO, R. C. **Memorial da Casa Rosada**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-21.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SANTOS, C. R. F. CÓDICE 110. **Registro de peças de mobília remetidas à diversas escolas do Estado**. RG 110, 1894, p. 2.

SOUZA, G. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: Cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. 2004. Tese (Doutorado em História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo, 2004.

SOUZA, G.; GASPAR DA SILVA, V. L. Negócios Combinados: modos de prover a escola pública primária. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 31-50, jul./ago. 2019.

VEIGA, C. G. Educação Estética para o povo. *In*: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 339–422..

Recebido em: agosto/2020

Aceito em: setembro/2020